



A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO E DA ESCUTA NO CONSELHO DE CLASSE: REFLEXÕES A PARTIR DOS ESTUDOS REALIZADOS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Ester Emerick Nascimento¹

Gabriela de Assis Camargo²

Joelma Alexandre Chumarque de Mira³

Sandra Regina Cassol Carbello⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o Conselho de Classe como instância colegiada que promove a articulação do trabalho pedagógico a partir de observações, estudos e reflexões feitos na escola-campo, onde somos residentes no Programa Residência Pedagógica. Numa abordagem teórica vinculada aos preceitos freirianos de diálogo e escuta, procuramos observar este espaço de discussão oportunizado pelo Conselho de Classe, enquanto um ambiente de diálogo e reorganização do trabalho pedagógico. Para tanto, realizamos estudos bibliográficos, por meio de livros e artigos científicos que proporcionasse uma visão a respeito do que é o Conselho de Classe, qual o papel da escola, da comunidade e do pedagogo na organização do Conselho. Compreendemos que para o bom funcionamento desta instância colegiada é importante que ela esteja fundamentada em uma perspectiva crítica de leitura da realidade educacional, estimulando uma reflexão sobre a ação docente e reorganização de todo o trabalho pedagógico. Aprendemos com os estudos sobre Paulo Freire que o diálogo, o respeito com os outros e o constante exercício de se dispor em ensinar e aprender, são ações fundamentais para um Conselho de Classe coerente com os princípios da gestão democrática.

Palavras-chave: Instâncias Colegiadas, Escola Pública, Educação, Dialogicidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é trazer a discussão a respeito do Conselho de Classe enquanto instância colegiada, a partir de observações feitas durante participação na escola-campo: Escola Municipal Maestro Aniceto Matti, localizada no município de Maringá-PR, por meio do Programa Residência Pedagógica. Desde o começo do ano letivo, como parte de nossas atividades fomos convidadas a acompanhar as atividades do Pré-Conselho e Conselho de Classe. A participação foi de grande valia, pois acompanhamos os processos de discussão e reorganização das atividades pedagógicas tendo em vista o aprendizado das crianças.

De acordo com Dalben (2006), o Conselho de Classe tem um caráter de instância coletiva e se apresenta de forma institucionalizada no trabalho escolar, integrando os demais

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia Universidade Estadual de Maringá- UEM, ra40733@uem.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia Universidade Estadual de Maringá – UEM, ra106890@uem.br

³ Graduanda do Curso de Pedagogia Universidade Estadual de Maringá – UEM, ra107333@uem.br

⁴ Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação -UEM, srcarbello@uem.br



órgãos da escola. Mas, para chegar até esta configuração houve um processo histórico que caracterizou o movimento de criação desta instância como a conhecemos hoje. Ainda segundo a autora, existe uma escassa bibliografia a respeito da origem dos conselhos. Sabe-se que sua origem é a França, por volta de 1945, devido a um trabalho de caráter interdisciplinar em classes experimentais e que durante a reforma do ensino francês de 1959, foram instituídos três tipos de conselhos: o Conselho de Classe, para a turma; o Conselho de Orientação: para o estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação, funcionando mais amplamente. A reforma ocorreu, no sentido de sistematizar o ensino para os alunos direcionando-os para os seus gostos e aptidões. Naquela época, havia dez educadores brasileiros trabalhando como estagiários em Sèvres. Em 1958, eles foram responsáveis por trazer ao Brasil, inicialmente ao Rio de Janeiro, esta concepção de Conselho de Classe. (DALBEN, 2006).

Dito isso, esclarecemos que nosso texto trará, em seu cerne, a discussão sobre o que é o Conselho de Classe, como ele é visto no município de Maringá e na escola-campo e, qual seria a função do pedagogo na condução desta instância colegiada. Uma vez que ela existe no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar como parte da gestão democrática da escola. Veremos a partir do olhar e conceitos freirianos a importância da existência de espaços no *locus* educacional, onde possa ser promovido o diálogo e a escuta. Sendo assim, entendemos que a gestão democrática é fundamental neste papel de integração entre espaço formativo, comunidade escolar e sociedade.

Para tanto, metodologicamente, realizamos uma revisão bibliográfica dialogando com autores que nos auxiliassem a refletir sobre as observações e acompanhamento de atividades que realizamos na escola por meio do PRP. Buscamos em livros e artigos o amparo para as discussões sobre o Conselho de Classe e o trabalho do pedagogo na organização da escola. Nesse caminho, dialogamos intensamente com Dalben (2006; 2014) e Muller (2008), que entendem esta instância colegiada como um espaço importante para a formação de indivíduos críticos. Trabalhamos também, com os conceitos freirianos a partir das leituras de Lima (2007) e Gadotti (2004). Ambos problematizam a organização escolar a partir do legado de Paulo Freire (1921-1997) e discutem o conceito como dialogicidade e escuta que compreendemos ser essenciais para a construção do Conselho de Classe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Conselho de Classe



A organização da escola deve respeitar a legislação educacional, com a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9394/96 a gestão educacional brasileira passou a pautar-se nos princípios democráticos, o que resultou em mudanças na organização pedagógica e administrativa das escolas, com vistas a construir uma escola permeada de coletividade e inclusão. Com o intuito de efetivar a gestão democrática se constituem as instâncias colegiadas. Elas são organizações formadas por representantes de todos os segmentos da comunidade e possuem a função de contribuir com a gestão escolar, na tomada de decisões, na construção de alternativas para resolver problemas cotidianos e, principalmente, buscar melhorias para a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Uma destas instâncias é o Conselho de Classe, órgão colegiado que trata dos assuntos didático-pedagógicos, amparado pelo Projeto Político Pedagógico e pelo Regimento Escolar. Trata-se do momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir e avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir e efetivar melhorias do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Segundo Dalben (2014) algumas características básicas diferenciam este órgão colegiado dos demais, visto que, nele se efetiva especialmente o desenvolvimento do projeto pedagógico da escola. Isto acontece devido as seguintes características: a participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que trabalham no âmbito pedagógico, a interdisciplinaridade, e o foco na avaliação escolar. Constitui-se no espaço em que os professores que atuam nas mesmas turmas, seja em disciplinas semelhantes ou não, têm a oportunidade de dialogar sobre as dificuldades, avanços, desafios e desenvolvimento das turmas ou de alunos específicos. A autora explica que, o professor quando está no Conselho de Classe “coloca como objeto de reflexão sua própria prática pedagógica, tanto em termos de relação com o aluno como de conteúdo escolar nos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos” (DALBEN, 2014, p.3). Ou seja, não somente o aluno e o desenvolvimento da turma, mas a própria prática do docente é considerada na dinâmica desta instância.

Devido ao encontro dos diversos profissionais nesse local onde se dá a tomada de decisões de diversas áreas do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade, se faz possível e marcante nesta instância colegiada. Segundo a autora, as seguintes deliberações fazem desta instância um espaço interdisciplinar:

Objetivos a serem alcançados; uso de metodologias e estratégias de ensino; critérios de seleção de conteúdos curriculares; projetos coletivos de ensino e atividades; formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o

conhecimento do aluno; formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos; critérios para a apreciação do desempenho dos alunos ao final dos ciclos; elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno, objetivando seu acompanhamento no decorrer dos ciclos e informação aos pais; formas de relacionamento com a família; propostas curriculares alternativas para alunos com dificuldades específicas; adaptações curriculares para alunos portadores de necessidades educativas especiais; propostas de organização dos estudos complementares. (DALBEN, 2014, p.4)

Desta forma, essas muitas ações somadas à especificidade da disciplina de cada docente, possibilitam um trabalho interdisciplinar para a efetivação do processo pedagógico da escola. Sobre a avaliação escolar como um dos focos do Conselho de Classe, é preciso refletir sobre as concepções presentes nas práticas dos docentes e na cultura escolar geral e local. Segundo Dalben (2014) a forma como o processo avaliativo se desenvolve diz muito sobre o posicionamento do profissional, a concepção de escola, do ensino, do papel do professor e do aluno, entre outras questões. Por isto, é importante usar deste espaço colegiado para refletir sobre os princípios da escola que se pretende e como alinhar a prática docente e o processo avaliativo com o ideário democrático. O que se busca nessas reflexões e transformações é “um novo posicionamento diante do conhecimento produzido no decorrer dos processos de avaliação, de modo a ajudar o aluno a aprender mais, e o professor a ensinar mais” (DALBEN, 2014, p.9).

Para Muller (2008, p.16), a implantação do Conselho de Classe enquanto instância colegiada possui “função de cunho pedagógico e essencialmente avaliativo, na perspectiva de conseguir uma visão global do aluno, para atendimento individualizado de suas aptidões”, assim, uma das principais finalidades do Conselho de Classe é avaliar e intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos. Nesta perspectiva, o momento de avaliação no Conselho de Classe precisa ter como ponto de partida a própria avaliação da aprendizagem dos alunos, seja qualitativa, contemplando o aluno como um todo, ou quantitativa, se tratando dos aspectos cognitivos, para isso, materiais como atividades avaliativas, relatório de desenvolvimento, gráficos, e outros, são fundamentais.

O Conselho de Classe também deve ser organizado com vistas a oportunizar uma análise crítica da realidade educacional, uma vez que é preciso superar a avaliação unilateral na qual, segundo Muller (2008, p.23), somente o aluno é avaliado. Nessa perspectiva, professores, equipe pedagógica, direção e todos que compõem o processo de ensino aprendizagem também necessitam de um olhar atento ao trabalho desenvolvido. Para o



Conselho de Classe atingir essas características é necessário compromisso com a efetivação da gestão democrática, fazendo do Conselho de Classe um ambiente permeado pelo diálogo, pela reflexão e busca de alternativas para reorganizar a prática pedagógica pensando no aprendizado.

O Conselho de Classe na escola-campo

Conforme salientamos, compreender as instâncias colegiadas e o conceito do Conselho de Classe é fundamental. A partir dessas definições, buscamos entender o que os documentos da escola-campo apresentam sobre essa instância. No Projeto Político Pedagógico (2019) e no Regimento escolar (2010) da Escola Municipal Maestro Aniceto Matti, o Conselho de Classe faz parte das instâncias colegiadas, cuja natureza é consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, destinado a cada turma/classe da instituição. Trata-se de um órgão colegiado de processo intenso que para ser efetivado na prática, precisa da participação primordial de uma equipe pedagógica: diretora, supervisora, orientadora, professor de área, professor de apoio e professor regente.

O conselho é espaço essencial para proporcionar reflexões e busca de melhorias para os alunos. Sendo assim, aliado ao trabalho pedagógico do professor, este espaço colabora na promoção de um olhar reflexivo sobre a prática docente. Assim, como aponta o Projeto Político Pedagógico da escola, este órgão “Constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades.” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2019, p.117). Deste modo, todo o envolvimento e dedicação da equipe são importantes e devem levar em consideração todos os aspectos possíveis para fazer a avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido e atribuição de notas.

Desta forma, por ser um momento muito relevante, na instituição e no processo de ensino, é necessário um olhar atento e cuidadoso dos membros participantes, organizando as informações ali apresentadas e dados coletados:

É de responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe, cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógica educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com a proposta pedagógica do Município. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2019, p.117).



Logo, é possível na efetivação desta instância colegiada, analisar informações sobre os conteúdos curriculares e encaminhamentos metodológicos propondo estudos para a melhoria do processo de ensino aprendizagem, sempre em consonância com a proposta pedagógica curricular da escola. Outro ponto, destacado no Regimento escolar (2010), seria a finalidade do Conselho de Classe. Ele tem a função de intervir de forma adequada e rápida no processo ensino/aprendizagem, a fim de oportunizar aos estudantes maneiras diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos. Vale destacar a preparação da equipe pedagógica para este momento, é imprescindível que esteja bem informada e organizada, pois as datas para a reunião do Conselho de Classe são previstas em calendário escolar. As datas são delimitadas para as unidades municipais, sendo assim, a direção deve avisar com antecedência sobre o dia e horário aos profissionais e, juntamente com a equipe, estar preparada para um bom procedimento e direcionamento.

Aos estudarmos o Regimento escolar (2010) e o Projeto Político Pedagógico (2019) observamos que para um bom andamento do Conselho de Classe é também realizado o pré Conselho. Ele é organizado durante a hora-atividade com a participação da equipe pedagógica e com o professor regente da turma. Nele, é verificado quais são os alunos que apresentaram dificuldades no processo de aprendizagem e número significativo de faltas. Isto é feito, a fim de elaborar novos encaminhamentos pedagógicos ou adaptações curriculares antes do fechamento do trimestre. Desta maneira o Pré-Conselho é essencial, visto que, posteriormente, no Conselho de Classe haverá o acompanhamento para verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e as relações estabelecidas na ação pedagógica educativa estão sendo cumpridos de maneira coerente com o projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino. O Pós-Conselho é o momento de colocar em prática os encaminhamentos e as orientações realizadas no Conselho de Classe, cabe ressaltar aspectos como: elaboração de recursos pedagógicos, retomada do planejamento, diálogo e retorno às famílias.

No que diz respeito ao município onde está localizada a escola-campo vale salientar que, na Lei complementar nº 1019 de 15 de maio, de 2015, dispõe sobre o novo plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Maringá. Nesta lei consta que cabe ao auxiliar educacional, educador infantil, diretor, orientador, supervisor e professores participarem do Conselho de Classe na instituição. Isto demonstra a relevância desta instância e a responsabilidade do profissional em sua efetiva participação e busca de melhorias para o ensino aprendizagem.

A importância da escuta e diálogo no Conselho de Classe

Ao observarmos a configuração e os objetivos do Conselho de Classe, percebemos a importância da escuta e do diálogo entre os participantes. Paulo Freire (2011, p.117) nos ensina que:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isso não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isso não seria escuta, mas autoanulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta, sua fala discordante, sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária.

A escuta e o diálogo estão entre os conceitos norteadores de Paulo Freire para pensarmos o exercício da docência e a organização do Conselho de Classe. De acordo com Gadotti (2004), na teoria freireana o diálogo trata-se de uma relação horizontal. Ou seja, um grupo de pessoas busca por meio da troca de informações e conversas trabalhar em colaboração um com outro em prol da conscientização da situação vivida e das possibilidades de luta e mudanças. Este mesmo movimento pode ser feito no Conselho de Classe, oportunizando-se da sua interdisciplinaridade e da relação de parceria entre os professores, que ocorrem, por exemplo, nos momentos de troca de experiências em relação aos alunos e seus processos de aprendizagens, nas buscas por soluções de suas dificuldades, a possibilidade da elaboração de planejamentos em conjunto, momentos estes que necessitam da participação e mediação da equipe diretiva.

Sobre isto, Lima (2007) quando se refere à teoria da dialogicidade de Paulo Freire na gestão democrática, explica que tendo o diretor o papel de interlocutor das discussões, é na reflexão, diálogo e problematização que os educadores vão se desenvolvendo e adotando posturas críticas, mobilizando assim recursos para tornar a escola e suas práticas mais inclusivas. Desta forma, se faz notório como por meio do diálogo nos transformamos, nos humanizamos e, conseqüentemente, contribuimos com a humanização dos outros, por isso é mais que primordial que o Conselho de Classe se desenvolva com base no diálogo respeitoso e reflexivo.



Neste sentido, como já mencionado em nosso texto, o diretor exerce papel fundamental na construção deste Conselho de Classe que valoriza a escuta e as falas de professores, alunos e comunidade escolar. Ao optar politicamente por uma escola democrática, inclusiva e igualitária, por meio de sua atuação como “agente transformador e mediador” (LIMA, 2007, p.28) este profissional é quem vai possibilitar espaços e momentos para que, na reflexão e diálogo, o grupo se desenvolva transformando também suas práticas. Entendemos que um dos lugares onde este movimento de reflexão e transformação se faz possível é nas etapas do Conselho de Classe.

É importante destacar que o diálogo se relaciona também com o conceito de amorosidade, que trata da relação de respeito mútuo com os demais seres humanos com quem se dialoga. Segundo Paulo Freire: “Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo” (FREIRE, 1987, p. 80). Ou seja, diálogo e amor encontram-se juntos, na medida em que esse amor que não é romântico, mas refere-se ao respeito ao outro quanto a sua natureza humana, seu contexto, afinidades e divergências. Ele se faz presente e necessário na dialógica dos indivíduos, e precisa estar fundamentalmente na dinâmica do Conselho de Classe, visto que é imprescindível o respeito e cuidado, tanto com os profissionais com quem se trabalha, quanto com o aluno e família que fazem parte deste processo.

Outro conceito freiriano que relacionamos ao Conselho de Classe é a dodiscência. Podemos entendê-la como a capacidade de estar sempre em posição de aprendiz por parte do educador, seja aprendendo com suas práticas ou com os educandos. Nesta instância colegiada, e no próprio processo de ensino aprendizagem com os alunos, existe uma constante troca e construção de conhecimentos, desta forma, o docente está sempre ensinando, aprendendo e se transformando, na relação com os alunos, consigo mesmo e com os demais colegas docentes.

Sendo assim, o Conselho de Classe se constitui verdadeiramente um espaço onde o diálogo, a amorosidade e a dodiscência encontram lugar fundamental quando organizado e desenvolvido com a finalidade de proporcionar uma relação democrática e enriquecedora entre seus participantes, no intuito de reorganizar e aperfeiçoar as práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendemos com os estudos sobre Paulo Freire que o diálogo, o respeito com os outros e o constante exercício de se dispor em ensinar e aprender, são ações fundamentais para um Conselho de Classe comprometido com a gestão democrática da escola. Compreendemos que é necessário um trabalho coletivo, árduo, coerente, bem fundamentado



para que a escola desempenhe sua função social e contribua para a formação de indivíduos autônomos e críticos.

A base para que isto ocorra é o compromisso com a profissão, um profundo conhecimento teórico-prático sobre a gestão democrática, sobre a autonomia escolar e sobre o sistema de organização educacional que possibilite a melhora das condições de ensino. O compromisso como trabalho coletivo e com a participação de todos nas ações pedagógicas que buscam alcançar o objetivo comum de emancipação dos sujeitos. Diante disto, vemos que é fundamental a construção de um Conselho de Classe que garanta espaço para o diálogo sobre a prática pedagógica a partir da leitura crítica da realidade, contribuindo para a reorganização do trabalho e promoção da aprendizagem. A caminhada pode ser difícil, porém, neste breve contato que tivemos pudemos ver que há empenho e intencionalidade de mudança. Os desafios são enormes, pois estamos falando de sujeitos envolvidos numa sociedade complexa, em realidades complexas. Contudo, acreditamos na possibilidade e nos resultados de um bom trabalho docente que visa o melhor ensino e a construção de caminhos para a aprendizagem e emancipação discente. Com certeza há este desejo e esse compromisso em nossa escola-campo.

Concluimos que a gestão educacional, num processo democrático, tende a tornar os caminhos mais viáveis para todos. E, enxergamos a importância das instâncias colegiadas no apoio do desenvolvimento da função da escola. A escola só exerce seu papel quando todos estão empenhados em conjunto e em propósito de ver o ambiente educacional enquanto ambiente interacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao programa Residência Pedagógica que nos proporcionou vivenciar esta experiência e ao próprio ENALIC, porque por meio dele, podemos descrever e compartilhar algo que foi tão significativo para nós. Aprendemos que o processo de enxergar o outro e suas necessidades, é um processo árduo, mas, muito gratificante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96. 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 19 de jun de 2021.



DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Pedagógica da Escola**. 3ªed. SP: Papyrus, 2006.

_____. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **O papel dos Conselhos de Classe no processo avaliativo**. Biblioteca do SIAPE. 2014. Disponível em: <http://www.educacaotiete.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/O-papel-do-Conselho-de-Classe-no-processo-avaliativo.pdf>. Acesso em: 16 out 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Coleção O mundo hoje, vol. 21. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2ª ed. SP: Scipione, 2004.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a Administração Escolar**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

MARINGÁ. **Lei complementar Nº 1019, de 15 de maio de 2015**. Dispõe sobre o novo plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Maringá, revoga a lei complementar nº 790/2009 e suas posteriores alterações e dá outras providências. Maringá: Câmara Municipal, (2015). Disponível em: http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/12330_texto_integral >. Acesso em: 16 out. 2021.

MULLER, Sandra Scarpini. O Conselho de Classe e a organização do trabalho pedagógico: uma interação possível? In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Maestro Aniceto Matti – Ensino Fundamental**. Maringá: 2019.

REGIMENTO ESCOLAR. **Escola Municipal Maestro Aniceto Matti - Maringá**: 2010.